

# 1<sup>o</sup> Reunião Técnica Educação Infantil Do Campo Região Norte

Sistematização



**Manaus – AM, 18 e 19 de agosto de 2010**

“Reconhecer o fato de que todas as discriminações e desigualdades sociais afetam o acesso ao direito à educação não basta para resgatar a dívida histórica com os sujeitos do campo, mas é fundamental para a elaboração de estratégias de enfrentamento ao problema”.

Carlos Artexes Simões

## PERFIL DOS PARTICIPANTES

- ❖ Municípios conveniados com o PROINFANCIA
- ❖ Municípios indicados pela UNDIME nacional por sua atuação em educação do campo ou indígena
- ❖ Universidade Federal do Amazonas
- ❖ Universidade do Estado do Amazonas
- ❖ CONTAG
- ❖ Fórum Estadual de Educação do Campo
- ❖ SEB
- ❖ SECAD
- ❖ Secretários Municipais de Educação
- ❖ GT Educação Infantil do Campo
- ❖ Fórum Permanente Educação e Diversidade Étnico Racional do AM
- ❖ Conselhos Municipais e Estaduais de Educação

## 1º DIA – 18 de agosto de 2010

### PERÍODO DA MANHÃ

#### MESA DE ABERTURA

**Carlos Artexes Simões** – Diretor de Concepções e Orientações Curriculares

**Arlinda Mourão** – Diretora da Faculdade de Educação da UFAM

**Vanderleia da Silva** – Fórum de Educação Infantil do Amazonas

**Gláucio da Gama** –

**Jeconias Ferreira dos Santos** – Presidente da UNDIME AM, representando a UNDIME nacional

**Ana Paula Soares da Silva** – Coordenadora do GT OC da EI do Campo

**Fórum Permanente Educação e Diversidade Étnico Racional do AM**

**Wanessa Zavarese Sechim** – CGEC/SECAD/MEC

#### **Pontos destacados pelos membros da Mesa:**

- ✓ Existe uma consciência nova no Brasil; estamos vivendo um momento importante da política pública de reconhecimento do acesso ao direito à educação e das grandes desigualdades sociais que afetam diretamente o acesso à educação.
- ✓ Movimento da sociedade brasileira em prol de questões fundamentais da educação.
- ✓ Nova agenda política em relação ao processo educativo.
- ✓ Função da instituição escolar, do que ela pode e deve cumprir com relação à formação ampla das pessoas.
- ✓ O MEC tem clareza de que SECAD e SEB precisam fazer o debate da educação infantil articulado com o debate da educação do campo.
- ✓ A maioria dos professores de Educação Infantil do Campo possuem apenas o Ensino Médio.
- ✓ É dever do Estado garantir as instituições formais de Educação Infantil. Desafio da universalização de 4 a 6 anos na EI.

- ✓ O Brasil amplia a escolaridade, mas é preciso lembrar que a obrigatoriedade é apenas para garantir o dever do estado.
- ✓ A centralidade do debate é o comprometimento do Estado em ofertas a EI. Creches: as crianças de 0 a 3 anos precisam ter esse direito reconhecido através da demanda.
- ✓ A EI tem um papel essencial no processo formativo das pessoas, entretanto, ainda há o desafio em reconhecer a EI como processo educativo.
- ✓ Garantia da qualidade da expansão da EI.
- ✓ Qual a proposta pedagógica no trato das crianças em seu processo formativo?
- ✓ Em relação à obrigatoriedade, quase 20% das crianças de 4 a 6 anos estão fora da escola e a maioria delas concentra-se nos seguintes segmentos: moradores do campo, pessoas com deficiência, pobres e grupos historicamente excluídos.
- ✓ Reconhecer a criança como sujeito e não objeto do processo educativo, centralidade do currículo reconhecendo nessa etapa o processo educativo.
- ✓ UNIDIME AM – as Diretrizes precisam chegar aos municípios para discutir as problemáticas de cada região. Preocupação ao se olhar aos dados do INEP, municípios que não tem um registro de matrícula de EI no campo. Será que não tem demanda?! Como garantir uma EI com qualidade?
- ✓ A Educação escolar indígena é comunitária e coletiva, não tem níveis ou divisão. As crianças se identificam diferentemente.
- ✓ Avançamos muito na formulação dos marcos teóricos, entretanto, é preciso ir além. É por isso a proposta do Decreto Presidencial, para garantir que os programas se tornem políticas de Estado.
- ✓ Marcos Legais: CF 88, LDB 9.394/96; Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (resolução CNE/CEB n1 de 3 de abril de 2002), Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (resolução CNE/CEB n2 de 28 de abril de 2008), Diretrizes Curriculares Nacionais para a EI (Resolução CNE/CEB n5 de 17 de dezembro de 2009).
- ✓ Segundo dados do INEP, 77% do atendimento de Educação Infantil é urbano e apenas 28% de atendimento é realizado no campo.
- ✓ O GT Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo, no âmbito da elaboração das Orientações Curriculares para a Educação Infantil, propôs a realização de reuniões técnicas regionalizadas e de Seminário Nacional, além da indicação ao MEC de realização de pesquisa sobre a EI no Campo e de mapeamento de experiências de EI do campo.
- ✓ A proposta do GT Orientações Curriculares para a EI do campo foi apresentada à CONEC, onde se discutiu a incorporação do GT de EI do Campo do MEC pela CONEC, reestruturado após os resultados das Reuniões técnicas e do Seminário Nacional, institucionalizando assim o GT.

“Que EI o campo realizamos hoje? Qual a nossa concepção de criança e infância? A que concepção de campo nossa proposta se filia?” Wanessa Zavarese Sechim

### **PALESTRA SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (Resolução CNE/CEB 5, de 17 de dezembro de 2009)**

**Rita de Cássia de Freitas Coelho - COEDI/SEB/MEC**

- ✓ O entendimento da COEDI/SEB/MEC é de que só é possível formular políticas em processos que valorizem as práticas democráticas.
- ✓ As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foram elaboradas durante um processo de 2 anos.
- ✓ Temos que enfrentar o desafio da desigualdade da EI no Campo de forma democrática e participativa.

“A participação é ainda mais central se considerarmos o aumento da complexidade da Educação Infantil e a interdependência tanto das causas quanto das soluções. O entendimento é de que a diversidade é constitutiva da sociedade brasileira e de que são necessários ajustes estruturais nacionais, assim como a ampliação de recursos para reverter a tendência de reprodução da desigualdade social”.

Rita Coelho

- ✓ No Brasil, a democracia participativa é um preceito constitucional que complementa a democracia representativa e desenvolve a cidadania ativa.
- ✓ Participação deve ter papel central na formulação e coordenação das políticas nacionais.
- ✓ Participação como procedimento básico de governo.
- ✓ Existe uma confluência de participação com avanços na política.
- ✓ Defende-se que a concepção política de cidadão não se reduz a cliente ou usuário.
- ✓ Participação está vinculada à tomada de decisão, definição do desenho da política, à criação de formas flexíveis, à inclusão da população não-organizada.
- ✓ Não se trata ainda de apenas promover a participação, mas de criar e fortalecer estruturas institucionais para que seja possível a participação.
- ✓ É preciso nesse processo fortalecer a concepção de

El.

- ✓ Algumas questões da El constantemente reaparecem fragilizando os consensos os avanços já construídos. Exemplo disso, são os concursos de prefeituras que ainda não exigem formação para atuar na El.
- ✓ Em relação à atualização das DNCEI: houve um alinhamento destas no processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, o que favoreceu ainda a resposta a importantes questões da área como delimitação da faixa etária, critérios de matrícula, relação com o conhecimento, relação com a comunidade e a família, diversidade.
- ✓ A organização das DCNEI pode ser apresentada da seguinte forma: CONCEPÇÕES (1) De EDUCAÇÃO INFANTIL: fortalece a El como 1ª etapa da EB, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgãos competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (2) De CRIANCAS: centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direito que, nas interações, relações e práticas vivenciam suas infâncias. De (3) CURRÍCULO: conjunto sistematizado de práticas culturais no qual se articulam as experiências e saberes das crianças, de suas famílias, dos profissionais e de suas comunidades de pertencimento e os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. PRINCÍPIOS BÁSICOS: éticos, políticos e estéticos. EIXOS: experiências que o currículo deve garantir à El.

### **PALESTRA SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA**

**José Mário de Celso Ferreira – indígena Mura, membro do Conselho Estadual do AM**

- ✓ Dados da FUNASA/SIASI (2009): 278 povos indígenas, 180 línguas indígenas faladas. 450 mil a 700 mil índios no Brasil. 558.185 aldeados. 61 povos (28,2%) constituem-se com até 200 pessoas; 8 povos (7,6%) acima de 10 mil pessoas. Povos ameaçados: Juma/ Tupi-guarani/ AM – 5 pessoas, Xeta/Tupi-Guarani/PR – 8 pessoas. 612 terras indígenas – 12% do território nacional (106.373.144 ha). Amazônia Legal: 405 terras 103.483.167 ha).
- ✓ Em 2008, segundo o Censo Escolar da Educação Básica, havia 10.923 professores atuando na Educação Escolar Indígena. Predominante homens. 80% não tem curso superior. 78% nos anos finais do fundamental não têm curso superior.
- ✓ 2.422 escolas. 1.57 sem instalações próprias. 43,6% (galpão, casa comunitária, casa do professor, igreja, etc.). 106 escolas com biblioteca.

- ✓ Territórios etnoeducacionais: estão implantados 5.
- ✓ Principais desafios: contratação de professores indígenas; fortalecimento dos territórios etnoeducacionais, regime de colaboração e financiamento diferenciado, acesso e permanência no ensino superior, formação de professores, infraestrutura equipamentos e construção, conhecimento e regularização das escolas indígenas, diretrizes para a educação escolar indígena.
- ✓ A EI deveria ser realizada somente quando há uma demanda clara nas comunidades indígenas. Nas comunidades indígenas, as crianças acompanham seus pais em suas atividades cotidianas. Existe uma forte participação da criança na vida cotidiana. É fundamental considerar que entre os próprios povos existem diferenças que precisam ser consideradas.

**Debate:**

- ✓ RR (Caracarái) – identidade da criança no registro civil. A maioria dos registros civis não vem com essa identificação, entram em “não declarado”. É preciso um campo específico.
- ✓ AM – é preciso socializar a questão indígena. Prof. Roberto. A Educação Infantil Indígena. UFMA
- ✓ Certidão administrativa – FUNAI
- ✓ Wanessa: 5 territórios etnoeducacionais já foram pactuados. A meta é que sejam pactuados 18 até o final do governo. Licenciatura em Educação Indígena: ainda não há as diretrizes. Existe um documento em elaboração. Seminários para o 2º semestre trabalhando em eixos das diretrizes. Foram definidas adequações para o documento, indicadores diferenciados e formação para os avaliadores para que eles conheçam a licenciatura. Já está sendo construindo parecer para incluir as peculiaridades das licenciaturas indígenas e do campo.
- ✓ Ana Paula: Diferença entre conceito de necessidade e demanda. O que é necessidade não necessariamente se reflete numa demanda.
- ✓ Francisca - RO: Fórum Estadual de Educação Infantil. Segunda turma de formação de professores intercultural. Propõe que em outra reunião seja dado um espaço para as universidades que oferecem curso de formação de professores para apresentarem suas experiências. Os povos indígenas de RO querem a EI e a oferta da Educação Especial.
- ✓ Rita: a EI é competência do município, mas a Educação escolar indígena é do Estado e o Estado não necessariamente repassa para o município fazer a EI indígena.

**PERÍODO DA TARDE**

**PALESTRA PESQUISA SOBRE EI EM MANAUS**

**Arlinda Mourão – Diretora da Faculdade de Educação da UFAM/FACED**

**Histórico:** elaboração de projeto de pesquisa no Conselho Municipal de Educação que foi apresentado à Secretaria de Educação em 2005/2006. Equipe da UFAM/FACED, CME, FNDE.

**Objetivos da pesquisa:**

- Traçar o perfil da EI no município de Manaus
- Propor políticas públicas para a EI
- Detectar alguns problemas existentes no município (Público/privado, situação das escolas, estrutura física, estrutura pedagógica, formação de professores).

**Metodologia**

Parceria com a Amazonas Energia que disponibilizou os mapas com as rotas de cobrança de luz. Foi a partir daí que o CME coordenou a coleta de dados. Os dados são qualitativos. Foi feita uma seleção curricular de bolsistas por meio de edital da UFAM. Houve um treinamento. Ao final, os participantes elaboraram redações sobre o que entenderam desse processo formativo e da pesquisa. Os estudantes serão certificados ao final da pesquisa.

A pesquisa está na fase de sistematização dos dados, a informações disponibilizadas são ainda preliminares.

Resultado preliminar: O município de Manaus carece de políticas públicas de Educação Infantil.

### **APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO**

Coordenadores:

Sônia Regina dos Santos Teixeira – UFPA (Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Infantil – IPÊ)

Professor Jaconias – UNDIME AM

#### ➤ **Experiência de Educação Infantil Indígena**

**Timóteo dos Santos Silva**

Projeto desenvolvido pela SEMED – Manaus.

Etnia Saterê-Mawé 12 famílias. A comunidade decide o currículo de acordo com suas necessidades e realidade. A partir daí é construído um projeto. A apresentação é relativa a um Projeto de revitalização da língua materna. A partir do momento em que a criança aprende a andar e a falar ela é acolhida pela escola. As crianças, além de estarem na escola regular, frequentam a escola indígena para estudar a língua, a cultura, etc. Fala na língua materna e em português porque muitas crianças não sabem a língua materna. Priorizam a escuta das famílias e o respeito às diferentes dinâmicas da família e das comunidades.

Todos nós fomos criança, mas será que todos nós tivemos a oportunidade de vivenciar a infância? De experimentar o faz-de-conta, as aventuras do desenho, das brincadeiras infantis? (...) Não adianta falar de EI, das diretrizes, da LDB, se as pessoas que estão à frente, principalmente os secretários municipais de educação, não têm a visão e a concepção do que é a infância.

#### ➤ **Experiência de Educação Infantil Indígena**

**Aldenor Félix – Etnia Ticuna**

Projeto desenvolvido pela SEMED.

Musicalização ticuna na roda.

É preciso valorizar a cultura.

Projeto nas escolas indígenas no contraturno da escola regular.

#### ➤ **Experiência de Educação Infantil do Campo**

**Jânia Pares – Município de Maués**

Não havia uma coordenação de Educação Infantil no município. Foi a partir de um GT coordenado pela UFPA e envolvido no Programa de formação do Pró-Infantil que foi implementada essa coordenação.

A formação do professor é de suma importância, mas só ela não basta. É preciso que os gestores desenvolvam políticas públicas voltadas para a EI.

#### ➤ **Experiência de Educação Infantil no Campo**

**Francisca das Chagas e Socorro DÁvila – Asas da Florestania Infantil - AC**

É uma experiência-piloto, ainda sem o respaldo da CEE.

O AC (22 municípios) investiu muito nos últimos anos em educação e isso se reflete nos indicadores.

Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos, residentes nas comunidades rurais de difícil acesso.

O objetivo é garantir o acesso à EI no Campo.

Trabalha os seguintes eixos estruturados:

- Linguagem verbal, letramento e conhecimento do mundo
- Conhecimentos de Temas da Natureza
- Conhecimento Matemático
- Artes

**Desafios:** não há professores formados para atender a demanda, muitos têm apenas Ensino Médio.

Há um caderno de planejamento e a formação dos professores é feita à luz do material.

**Metodologia:** agentes de educação, um supervisor para o acompanhamento das atividades, profissional para os encontros pedagógicos e outro para a elaboração do material. São realizados 20 encontros, divididos em sequências. Há uma folha de atividades que é um momento de criação das crianças. Há uma sequência didática. O caderno de registros é o documento em que os agentes de educação sistematizam a experiência. A cada módulo a ser trabalhado, os agentes de educação recebem todas as orientações necessárias para a realização das atividades propostas.

Encontros pedagógicos: são realizados mensalmente. É um momento para troca de experiências e de produção do material que irão trabalhar no mês seguinte.

Acompanhamento pedagógico: além da reunião com os agentes de educação, o supervisor também visita as comunidades.

Registros históricos: os agentes elaboram cartas para registrar as experiências.

### **DEBATE DAS EXPERIÊNCIAS**

Eliana (Boa Vista – RR): Quantas crianças os monitores atendem? Qual a periodicidade? Por quanto tempo? Como computam as crianças no sistema?

Isabela Camini: A EI indígena se preocupa muito com a escola indígena, fazendo um contraponto à escola formal. Ensina a nós, que sempre nos preocupamos com a estrutura, mas é possível educar em outros ambientes. É preciso pensar a EI em uma escola em que se aprende a lutar e construir ao mesmo tempo. Pergunta: Baseados em que a metodologia de visita às famílias foi elaborada? Quem tem sistematizado a experiência educativa?

Fernanda Leal: Há especificidade na proposta pedagógica do Acre em relação à cultura das crianças do campo? Há espaços reconhecidos?

Natalina: Sobre a experiência do Acre, como se dá o momento do brincar? Como é o exercício do registro escrito?

Jânia: As escolas que têm educação infantil não podem ser nucleadas. Na zona rural, os professores realizam projetos de resgate cultural. Os conteúdos são contextualizados.

Timoteo: a educação indígena não é reconhecida no meio urbano. As crianças são estimuladas a escrever sua história.

Asas da Florestania: O módulo I e II são trabalhados em duas horas durante 2 encontros semanais. Cada agente de educação atende no máximo 10 famílias. A brincadeira permeia todos os momentos. A partir do módulo III ao VI, cada encontro é feito em 3 horas. As escolas são matriculadas nas escolas municipais rurais mais próximas da comunidade. Baseado no Programa Família Brasileira Fortalecida do UNICEF, após a formação foram realizados alguns debates e surgiu o desenho do projeto-piloto.

Sônia: Sobre a experiência do Acre: O papel da instituição educacional é contribuir no processo de formação do sujeito crítico e participativo. Onde a criança está exercendo o protagonismo

do processo? Como ela participa? O projeto é de todo o Estado ou só para a educação do campo?

Ana Paula: A experiência do Acre é de exceção e situa-se no campo de ações compensatórias e não das bases para uma política estruturante. Enquanto política para infância ela cumpre um papel, mas não se trata de experiência que fortalece as concepções e Diretrizes da Educação infantil. Ao contrário, corre o risco de fragilizá-la, uma vez que coloca no lugar dos professores, agentes e monitores sem a formação exigida na LDB. Ressalta-se o esforço para o atendimento à criança, mas deve-se pensar apenas como proposta provisória muito mais no âmbito de uma política para a infância do que de uma política de educação infantil. Não podemos esquecer o eixo e o horizonte que queremos para as crianças de 0 a 6 anos brasileiras, do campo ou da cidade.

Roseana: A criança tem que ter a centralidade do processo.

Jaqueline: pensar a educação infantil como uma política pública. O desafio de fazer uma escola de educação infantil com a cara da comunidade local, seja ela indígena, ribeirinha, quilombola é um imenso desafio. No caso da experiência do Acre: Como é feito o diálogo para a elaboração da proposta? Qual o papel da criança?

Maria de Fátima (AC): A proposta foi pensada a partir do Programa “Acre: O melhor local para se viver”. Foi feito um geomapeamento para saber onde estão as pessoas. O olhar do CEE é no regime de colaboração. Hoje temos situações muito desafiadoras, temos consciência que a experiência não pode ser permanente, mas ainda não temos professores suficientes para atender a demanda.

## 2º DIA – 19 de agosto de 2010

### PERÍODO DA MANHÃ

#### **Apresentação do GT e do Texto Orientações curriculares para a Educação Infantil do Campo**

##### **Ana Paula Soares da Silva**

Após a apresentação do histórico do GT e dos objetivos das Orientações Curriculares, propôs-se a divisão em grupos a partir de duas questões mobilizadoras:

- O texto contribui para que os professores e gestores sejam mobilizados na construção de propostas e práticas para a criança de 0 a 6 anos do campo?
- Que contribuição o grupo pode dar para o texto considerando as experiências e especificidades da região; que o texto será lido e acessado por professores e profissionais da EI de todo o país?

O objetivo do trabalho em grupo: apreciação e contribuições ao texto “Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo”

#### **CONTRIBUIÇÕES DOS GRUPOS sobre o Texto Orientações**

- ✓ Texto reflexivo que contribui para o debate.
- ✓ O texto contribui, principalmente quando fala da educação infantil que queremos. Qual a real importância? Será que a criança tem sido a centralidade? É um projeto que já vem pronto? Qual a criança que temos hoje no campo? É a partir daí que é possível construir uma proposta pedagógica.

- ✓ Não dá para trazer tudo pronto. Ele contribui para a reflexão e com os projetos/experiências que já temos e fala da necessidade de construir algo junto com a comunidade escolar do campo.
- ✓ O texto contribui, mas é necessário deixar claro que ele é apenas um primeiro passo.
- ✓ O ponto principal é o comprometimento de gestores (diretores, professores) na compreensão de que a educação começa pela EI. A responsabilidade é muito grande.
- ✓ A EI vem sendo tratada como diferencial para menos, no contexto educacional. Na zona urbana, o tratamento é diferenciado. Na zona rural, há descaso e desinteresse, a falta de comprometimento é evidente. O que está no texto está de acordo com as nossas necessidades.
- ✓ Na realidade amazônica (Quari), muito do que aparece no texto já vinha sendo discutido na nossa base. Percebemos que os professores têm o comprometimento. Lá a proposta pedagógica da EI foi construída em 2006, no município é a única proposta que já está aprovada. O primeiro passo foi tirar a ideia de que a EI é a fase do letramento. Muitos dos professores ainda não conseguem compreender a importância da EI na localidade. O texto traz as várias indagações que nós temos feito. O grande desafio é ofertar a EI nas regiões mais isoladas.
- ✓ Sugestão de melhoria na redação na Página 3
- ✓ É preciso elaborar um texto específico para os gestores sobre a concepção, princípios, proposta pedagógica e condições para a Educação do Campo.
- ✓ Uma das grandes dificuldades das escolas do campo é que quando se abrem concursos, eles são tão amplos, que acabam indo professores que não são do campo e não compreendem aquela realidade.
- ✓ A formação continuada dos professores do campo deve ser constante e no próprio campo.
- ✓ No Amazonas, em determinadas fases do ano, as escolas são fechadas porque elas alagam, as crianças vão para outras comunidades. Os recursos devem ser gerenciados de forma objetiva, mas se não existir o aluno no cadastro, por exemplo, do Censo Escolar, não tem como gerar esses recursos.
- ✓ A questão da creche, a EI tem que ser priorizada, pois é a primeira fase da EB. Na zona rural, assistentes de alunos andam no transporte escolar para acompanhar as crianças. Investimento no material didático.
- ✓ É preciso ressaltar a importância dos conselhos municipais e estaduais na articulação pela Educação Infantil no Campo.
- ✓ Quanto à faixa etária, há uma necessidade de que no documento traga uma orientação sobre o atendimento das crianças maiores de cinco anos e menores de seis anos.
- ✓ Centralidade da criança no processo, entendendo seus limites e possibilidades.
- ✓ Os professores da EI no campo precisam ouvir os pais e as crianças.
- ✓ As brincadeiras e a relação com seus pares são fundamentais para que a criança possa construir e reconstruir seu conhecimento.
- ✓ Que não seja uma proposta apenas das universidades.
- ✓ É preciso fazer um trabalho minucioso que garanta as especificidades das regiões. A nossa briga é tentar colocar no PNE que as metas sejam divididas entre campo e

cidade. Hoje as metas apresentadas de forma geral faz com que os gestores invistam prioritariamente na cidade, pois o investimento para operacionalizar o investimento é menor.

- ✓ A dificuldade que temos hoje perpassa a questão pedagógica, ela é estrutural e envolve recursos. Junto com o texto que atende o pedagógico, essa questão tem que ser discutida.
- ✓ Indicativo de mais reuniões e mais encontros para se discutir EI no campo para discutir as especificidades da região Norte. Essa reunião dispara processos, mas não resolve. É preciso olhar para a experiência e ver o que ela nos ajuda. Qual é a proposta de EI que está aí? Ver o que são avanços e quais são os desafios.
- ✓ Encaminhamentos pedagógicos e técnicos. Avança a proposta pedagógica, mas também queremos discutir as condições para a proposta pedagógica.
- ✓ É preciso seguir a legislação. Não dá para desconsiderá-la.
- ✓ Formar grupos de cada Estado para articular de que forma disseminar a proposta e buscar contribuições. E elaborar uma pauta para discutir com a SEB e a SECAD.
- ✓ E preciso verificar a possibilidade da EI no campo ser implantada. Quais as condições para viabilizá-la? Precisamos de estrutura. E preciso um debate mais aprofundado. Essa discussão deve ser levada aos pólos estaduais. O Amapá afirma que levará essa discussão ao seu Estado.
- ✓ É preciso provocar os Fóruns municipais e estaduais.
- ✓ Elaborar um texto específico sobre Educação Infantil Indígena.
- ✓ Discutir a proposta pedagógica e também as condições para implantação dessa proposta.

## Encaminhamentos da RT

- Criação de GT sobre Educação Infantil Indígena. Responsável: SECAD
- Encaminhar proposta para a SEDH e para a FUNAI sobre as questões do registro civil. Responsável: SECAD
- Socializar o documento sobre a questão indígena.
- Articular o debate sobre a formação dos professores da EI no âmbito das licenciaturas.
- É preciso elaborar um texto específico para os gestores sobre a concepção, princípios, proposta pedagógica e condições para a Educação do Campo.
- Quanto à faixa etária, necessidade de que no documento das Orientações traga uma orientação sobre o atendimento das crianças maiores de cinco anos e menores de seis anos.
- Colocar no PNE que as metas sejam separadas entre campo e cidade.
- Indicativo de formação de grupos e de realização de reuniões e encontros para se discutir as especificidades de cada região.

- Elaborar documentos não só pedagógicos, mas também sobre a estrutura e as condições da El campo.
- Pensar em estratégias para mobilizar Fóruns e Conselhos.